

## TERMO DE REFERÊNCIA

### UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

PREGÃO Nº ...../2022

(Processo Administrativo n.º 23422.021380/2021-17)

#### 1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado de monitoramento e operação do sistema de tratamento de água (proveniente de poço artesiano) para abastecimento da Unidade UNILA Jd. Universitário, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

Item	Descrição Especificação /	CATSERV	Und. de Medida	Qtd.	Valor Unitário Máximo Aceitável	Valor Anual
1	Operação e Monitoramento do sistema de tratamento de água para abastecimento da Unidade UNILA Jd. Universitário.	14150	Mês	12	R\$ 2.697,81	R\$ 32.373,72

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002., c/c art. 3º, II do Decreto no 10.024/2019.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.
- 1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.2. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

- 3.2. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 4.2. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 5.2. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
- 5.2.1. serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;
- 5.2.2. A empresa contratada deve ser especializada na prestação de serviços de monitoramento e operação de sistemas de tratamento de água para abastecimento, com aparelhamento e pessoal técnico adequado, capacitado e habilitado para a prestação dos serviços;
- 5.2.3. Os custos referentes a deslocamento para coleta de amostras, reposição de materiais e eventuais manutenções devem estar inclusos nos valores propostos pela contratada para os serviços;
- 5.2.4. O contrato terá duração inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 60 (sessenta) meses;
- 5.2.5. Não haverá necessidade de promover transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas;

- 5.3. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

## **6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

- 6.2. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

## **7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

- 7.2. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (45) 3522-9974, Seção de Manutenção Predial da Contratante.
- 7.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 7.3.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 7.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## **8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 8.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.2.1. Tratamento de Água;

8.2.2. Monitoramento e Análise da Água;

8.2.3. Limpeza e Desinfecção dos Reservatórios de Água.

- 8.3. A execução dos serviços será iniciada em até 07 (sete) dias corridos após a assinatura do contrato, na forma que segue:

8.3.1. Cumprir o que estabelece o Anexo XX da Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde N° 5/2017 e a Portaria do Ministério da Saúde N° 888/2021;

- 8.3.2. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/CREA-PR) por profissional habilitado;
- 8.3.3. A empresa deverá realizar o tratamento da água através da aplicação de cloro e de outros produtos necessários para atender os padrões de potabilidade da água, através da instalação de equipamento do tipo de bomba de dosagem automática de cloro;
- 8.3.4. O sistema deve ser monitorado pela Contratada, com garantia do residual de cloro diário em qualquer ponto da rede de distribuição;
- 8.3.5. A Contratada deverá treinar pessoal indicado pela UNILA para a realização das análises do cloro residual diário nos pontos estabelecidos, e posterior envio dos resultados para a Contratada.
- 8.3.6. Elaboração e aprovação do Plano de Amostragem de Controle da Qualidade da Água na Vigilância Sanitária;
- 8.3.7. Realização de coletas e análises de amostras semanais, mensais e semestrais, conforme descrito no Anexo I.
- 8.3.7.1. As coletas semanais deverão ser efetuadas em 3 pontos (um ponto na saída do tratamento e dois pontos nos locais de consumo) conforme o Plano de Controle da Qualidade da Água aprovado na Vigilância Sanitária. Para cada ponto o seguinte parâmetro deverá ser analisado: Turbidez;
- 8.3.7.2. As coletas mensais deverão ser efetuadas em 4 pontos (ponto de captação da água bruta, na saída do tratamento e dois pontos nos locais de consumo) conforme o Plano de Controle da Qualidade da Água aprovado na Vigilância Sanitária. Para cada ponto os seguintes parâmetros Físicos, Químicos e Bacteriológicos deverão ser analisados: pH, Cor aparente, Turbidez, Cloro Residual, Coliformes totais e Escherichia coli . A Análise de Cloro residual é dispensada para o ponto de coleta de água bruta.
- 8.3.7.3. As coletas semestrais deverão ser efetuadas no ponto de captação da água bruta conforme o Plano de Controle da Qualidade da Água aprovado na Vigilância Sanitária. Os seguintes parâmetros deverão ser analisados: Turbidez, Cor Verdadeira, pH, Fósforo Total, Nitrogênio Amoniacal Total, Condutividade Elétrica e parâmetros inorgânicos, orgânicos e agrotóxicos do Anexo 9 da Portaria do Ministério da Saúde Nº 888/2021.
- 8.3.8. As análises da água deverão ocorrer conforme disposto na Portaria do Ministério da Saúde Nº 888/2021, Artigo 20º: “As análises laboratoriais para controle da qualidade da água para consumo humano podem ser realizadas em laboratório próprio, conveniado ou contratado, desde que estes comprovem a existência de boas práticas de laboratório e biossegurança, conforme normas da Agência Nacional

de Vigilância Sanitária e demais normas relacionadas, e comprovem a existência de sistema de gestão da qualidade, conforme os requisitos especificados na NBR ISO/IEC 17025”;

- 8.3.9. Apresentação do relatório mensal, constando todas as análises mensais realizadas (pH, Cor aparente, Turbidez, Cloro Residual, Coliformes totais e Escherichia coli) e de acompanhamento do cloro residual diário à Vigilância Sanitária, sendo encaminhada uma cópia à Contratante;
- 8.3.10. Preenchimento do Cadastro do Sistema de Informação da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA) – Solução Alternativa Coletiva.
- 8.3.11. Realizar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos utilizados nos sistemas de tratamento de água;
- 8.3.12. A limpeza semestral dos reservatórios de água deverá ser de acordo com as normas vigentes para execução e após a empresa deverá emitir certificado de execução dos serviços.

## **9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

9.2. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- 9.2.1. A Contratada deverá disponibilizar à Contratante, em regime de comodato, 01 (uma) bomba de dosagem automática de cloro, para a dosagem de cloro do sistema de tratamento de água de abastecimento.
  - 9.2.1.1. A empresa deverá fornecer todos os acessórios e peças necessários à instalação e funcionamento dos equipamentos de dosagem de cloro.
  - 9.2.1.2. Em caso de defeito dos equipamentos dosadores, a empresa deverá promover a troca do aparelho no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a partir da identificação, sem ônus adicionais a CONTRATANTE.
- 9.2.2. A Contratada deverá fornecer o Hipoclorito de Sódio nas quantidades necessárias para a desinfecção da água tratada (Hipoclorito de Sódio 12% – líquido, incolor, de odor característico);
- 9.2.3. Equipamento DPD (N-dietil-para-fenilendiamina) para controle diário do residual de cloro e reagentes, conforme exigência da Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde Nº 5/2017 e suas alterações. A Contratada deverá treinar pessoal indicado pela UNILA para a realização das análises do cloro residual nos pontos estabelecidos, e posterior envio dos resultados para a Contratada. O fornecimento do

equipamento e dos reagentes é obrigação da Contratada e deverá obedecer às quantidades discriminadas abaixo:

9.2.3.1. 01 Equipamento – Cloro Livre (kit modelo CN 66F);

9.2.3.2. Reagente DPD – Cloro Livre. A quantidade de reagente fornecida pela Contratada deverá ser suficiente para atender aos 12 meses de operação e monitoramento do sistema.

9.2.4. Todos os produtos utilizados no tratamento da água deverão estar devidamente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) ou serem declarados dispensados de registro pela ANVISA.

## 10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.2. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.2.1. Os serviços especificados neste Termo de Referência deverão ser realizados no seguinte endereço da UNILA:

Unidade UNILA Jd. Universitário - Av. Tarquínio Joslin dos Santos no 1000, Foz do Iguaçu, Paraná – Brasil, CEP: 85851-400

10.2.2. Os serviços deverão ser prestados conforme item 8 deste Termo de Referência, de segunda a sexta-feira, no horário das 08 às 17 horas, mediante agendamento com a Seção de Manutenção Predial – SEMAP, pelo telefone 3522-9974 ou e-mail [infraestrutura.proagi@unila.edu.br](mailto:infraestrutura.proagi@unila.edu.br).

10.2.3. **Poço Artesiano:** A captação de água para abastecimento da Unidade Jardim Universitário é proveniente de 01 poço artesiano, o qual está localizado no fundo do terreno (Foto 1). A água captada é bombeada para um reservatório com capacidade de 30 m<sup>3</sup> (Foto 2). A desinfecção é realizada nesse reservatório, utilizando bomba dosadora e hipoclorito de sódio, no abrigo para as bombas (Foto 3). Após a desinfecção a água é bombeada para os reservatórios superiores do complexo.





**Foto 1 – Poço artesiano**



**Foto 2 – Cisterna.**



**Foto 3 – Casa de bombas.**

**10.2.4. Descrição dos reservatórios de água que deverão ser limpos durante a vigência do contrato:**

<b>Descrição</b>
Reservatório de concreto de 30 mil litros (Localizada ao lado do Bloco de laboratórios)
Reservatório de concreto “01” de 15 mil litros (Localizado acima do telhado do Prédio Central - lado leste)
Reservatório de concreto “02” de 15 mil litros (Localizado acima do telhado do Prédio Central - lado oeste)
Reservatório de concreto de 30 mil litros (Localizado acima do telhado do Prédio do Ginásio)

**11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 11.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços,



fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

- 11.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
  - 11.7.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - 11.7.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
  - 11.7.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
  - 11.7.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.8. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.9. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.11. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 11.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.13. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 12.2. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos

trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

- 12.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

- 12.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.23. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 12.24. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI e de proteção coletiva – EPC, quando for o caso;
- 12.25. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 12.26. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 12.27. Manter as áreas de serviço devidamente limpas e em ordem durante o andamento dos serviços. Uma vez finalizados os serviços, remover as sobras de materiais inúteis para o local próprio;
- 12.28. Cumprir os prazos estipulados pelo fiscal do Contrato. Caso haja necessidade de maior prazo, a Contratada deverá formalizar imediata comunicação a CONTRATANTE, justificando as causas e propondo novos prazos, que poderão ser aceitos ou não pelo fiscal do Contrato;
- 12.29. Solicitar autorização da CONTRATANTE para trabalhar em dias não úteis ou fora do horário de expediente, justificando o fato;
- 12.29.1. Fazer o pedido por escrito em até 04 (quatro) horas antes do final do expediente da CONTRATANTE;
- 12.30. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 12.31. Considerar o responsável técnico indicado pela CONTRATADA como seu(s) preposto(s), sendo que este deverá coordenar e gerenciar os serviços, com as seguintes responsabilidades:

- 12.31.1. Supervisionar, coordenar, orientar tecnicamente, além de vistoriar, avaliar, emitir laudo e parecer técnico e fiscalizar os serviços técnicos de responsabilidade da CONTRATADA;
- 12.31.2. Reportar-se sempre ao fiscal do Contrato;
- 12.31.3. Instruir e cuidar para que os empregados da CONTRATADA mantenham a ordem, a disciplina e o respeito junto a todas as pessoas do CONTRATANTE;
- 12.31.4. Fornecer aos empregados constantes instruções, visando o pleno conhecimento de suas atribuições, deveres e responsabilidades, inclusive quanto às normas de conduta e segurança;
- 12.31.5. Sempre que houver alteração em algum dos números de telefone, a CONTRATADA deverá comunicar o novo número ao fiscal do Contrato imediatamente;
- 12.32. Nunca entrar em atrito ou confronto, de qualquer natureza, com servidores, prestadores de serviço, alunos ou visitantes, buscando, em caso de dúvida, esclarecimentos e orientações junto ao fiscal do Contrato;
- 12.33. A contratada deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos nos arts. 5º e 6º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746/2012, no que couber.
- 12.34. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

### **13. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 13.2. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### **14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 14.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 15.2. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a



adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 15.3. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 15.4. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 15.7. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 15.8. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 15.9. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.10. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.11. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 15.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos

fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

- 15.13. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 15.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 15.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

- 16.2. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

- 16.2.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

- 16.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- 16.3.1. O Instrumento de Medição de Resultado visa estabelecer critérios de aferição de resultados da contratação, definindo, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

- 16.3.2. O procedimento de avaliação dos serviços deverá ser realizado periodicamente pelo fiscal do contrato, gerando relatórios mensais de prestação de serviços executados, com base em pontuações atribuídas a cada item conforme especificações constantes dos Anexos II-A e II-B deste Termo de Referência.

- 16.3.3. A avaliação limitar-se à atribuição, no formulário de avaliação da qualidade dos serviços, dos conceitos “Bom”, “Regular” e “Péssimo”,

equivalente aos valores 2 (dois), 1 (um) e 0 (zero) para cada item avaliado e as respectivas justificativas.

16.3.4. As adequações nos pagamentos estarão limitadas a uma faixa de tolerância.

16.3.5. Se a empresa não atingir 20 (vinte) pontos, quando os serviços são considerados satisfatórios, se sujeitará a descontos proporcionais ao percentual do valor atingido em relação ao valor acima mencionado, conforme Anexo II-B deste Termo de Referência.

16.3.6. A empresa poderá apresentar defesa, em caso de não atingir pontuação suficiente para receber 100% do valor mensal contratado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento do Ofício de intenção de glosa enviado pela CONTRATANTE, devendo esta ser analisada pela Comissão de Fiscalização especialmente designada para a fiscalização do contrato.

16.3.7. O não atendimento das metas, por ínfima diferença, poderá ser objeto apenas de notificação nas primeiras ocorrências, de modo a não comprometer a continuidade da contratação.

16.3.8. A empresa poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pela Fiscalização do Contrato, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da empresa.

16.4. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.4.1. não produziu os resultados acordados;

16.4.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.4.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## **17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

17.3. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.4. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.4.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.4.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

17.4.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.4.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.4.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.4.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.4.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.4.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o

recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

- 17.5. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
  - 17.5.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
  - 17.5.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
  - 17.5.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).
- 17.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 17.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **18. DO PAGAMENTO**

- 18.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 18.3. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 18.4. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
  - 18.4.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.



- 18.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.5.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 18.6.1. o prazo de validade;
- 18.6.2. a data da emissão;
- 18.6.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 18.6.4. o período de prestação dos serviços;
- 18.6.5. o valor a pagar; e
- 18.6.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 18.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 18.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 18.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 18.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.14. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 19. REAJUSTE

19.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

- 19.3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPC-A/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

- 19.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 19.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 19.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 19.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 19.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 19.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **20. GARANTIA DA EXECUÇÃO**

- 20.2. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

20.2.1. Poderá onerar as propostas apresentadas, transferindo para a própria Administração o acréscimo dos valores decorrentes da exigência da garantia, indo de encontro ao princípio da economicidade; e

20.2.2. Restringe a competição, limitando o universo de interessados, que nesse caso já é restrito.

## **21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 21.2. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 21.2.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
  - 21.2.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 21.2.3. fraudar na execução do contrato;
  - 21.2.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
  - 21.2.5. cometer fraude fiscal.
- 21.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 21.3.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
  - 21.3.2. **Multa de:**
    - 21.3.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
    - 21.3.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
    - 21.3.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
    - 21.3.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
    - 21.3.2.5. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
  - 21.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  - 21.3.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
  - 21.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação

perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

- 21.4. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 21.5. As sanções previstas nos subitens 21.3.1., 21.3.3., 21.3.4. e 21.3.5. poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 21.6. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04



3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.7. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 21.7.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - 21.7.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - 21.7.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 21.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 21.9.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 21.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 21.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

22.2. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.3. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.4. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

22.4.1. Registro ou inscrição da empresa licitante e do seu responsável técnico, junto ao Conselho de Classe competente da região a que estiver vinculado (CRQ, CREA, CRB ou outro que a lei atribua competência para o registro de profissionais e de empresas),

22.4.1.1. A Contratada deverá fornecer declaração de que possui ou possuirá, quando da assinatura do contrato, em seu quadro permanente ou no quadro societário, ou ainda, por meio de contrato de prestação de serviços regido pela legislação civil, como condição para habilitação, de técnico habilitado responsável pela operação, com a respectiva anotação de responsabilidade técnica (ART) expedida pelo Conselho de Classe. Por se tratar de atividade privativa, esse profissional será o responsável técnico pelo serviço;

22.4.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

22.4.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

22.4.2.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 03 (três) anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

22.4.2.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

22.4.2.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

22.4.2.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de

serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22.4.2.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22.4.3. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável

22.4.3.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

22.5. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

22.5.1. Valor Global: R\$ 32.373,72 (trinta e dois mil, trezentos e setenta e três reais com setenta e dois centavos)

22.5.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

22.6. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

22.7. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## **23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

23.2. O custo estimado da contratação é de R\$ 32.373,72 (trinta e dois mil, trezentos e setenta e três reais com setenta e dois centavos)

## **24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

24.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura,

Fonte de Recursos: 8100 – Recursos Ordinários

Programa de Trabalho: 171318;

Elemento de Despesa: 33.90.39. - Outros Serviços de terceiros - PJ

Plano Interno: MC002G01ADN

Foz do Iguaçu, PR, 07 de abril de 2022.

ELABORADORES:

**Joasio de Aquino**

Assistente em Administração

SIAPE nº. 2145320

Departamento de Estrutura e Serviços (DES)

**Carolina Corazon**

Assistente em Administração

SIAPE nº. 2144700

Departamento de Estrutura e Serviços (DES)

AVALIADOR:

**Gustavo Augusto Gonçalves**

Assistente em Administração

SIAPE nº 2139594

Coordenadoria de Infraestrutura (COINFRA)

## ANEXO I

### QUANTITATIVO DAS ANÁLISES QUE DEVERÃO SER REALIZADAS DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO

Quantitativo das análises semanais, em amostras coletadas na saída do tratamento

Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
Turbidez	Unidade	52

Quantitativo das análises mensais, em amostras coletadas em 4 pontos (ponto de captação da água bruta, na saída do tratamento e dois pontos nos locais de consumo) que deverão ser realizadas durante a vigência do contrato:

Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
Turbidez	Unidade	48
Cloro residual	Unidade	36*
Cor aparente	Unidade	48
Coliformes Totais	Unidade	48
Escherichia coli	Unidade	48
pH	Unidade	48

\* Análise de Cloro residual não será realizada no ponto de captação da água bruta.

Quantitativo das análises semestrais, de água bruta, em amostras coletadas no ponto de captação (poço artesiano):

Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
Turbidez	Unidade	02
Cor Verdadeira	Unidade	02
pH	Unidade	02
Fósforo Total	Unidade	02
Nitrogênio Amoniacal Total	Unidade	02

Condutividade Elétrica	Unidade	02
Antimônio	Unidade	02
Arsênio	Unidade	02
Bário	Unidade	02
Cádmio	Unidade	02
Chumbo	Unidade	02
Cobre	Unidade	02
Cromo	Unidade	02
Fluoreto	Unidade	02
Mercúrio Total	Unidade	02
Níquel	Unidade	02
Nitrato (como N)(3)	Unidade	02
Nitrito (como N)(3)	Unidade	02
Selênio	Unidade	02
Urânio	Unidade	02
1,2 Dicloroetano	Unidade	02
Acrilamida	Unidade	02
Benzeno	Unidade	02
Benzo[a]pireno	Unidade	02
Cloreto de Vinila	Unidade	02
Di(2-etilhexil) ftalato	Unidade	02

Diclorometano	Unidade	02
Dioxano	Unidade	02
Epicloridrina	Unidade	02
Etilbenzeno	Unidade	02
Pentaclorofenol	Unidade	02
Tetracloreto de Carbono	Unidade	02
Tetracloroeteno	Unidade	02
Tolueno	Unidade	02
Tricloroeteno	Unidade	02
Xilenos	Unidade	02
2,4 D	Unidade	02
Alacloro	Unidade	02
Aldicarbe + Aldicarbesulfona +Aldicarbesulfóxido	Unidade	02
Aldrin + Dieldrin	Unidade	02
Ametrina	Unidade	02
Atrazina + S-Clorotriazinas (Deetil-Atrazina - Dea, Deisopropil-Atrazina - Dia e Diaminoclorotriazina -Dact)	Unidade	02
Carbendazim	Unidade	02
Carbofurano	Unidade	02
Ciproconazol	Unidade	02
Clordano	Unidade	02
Clorotalonil	Unidade	02



Clorpirifós + clorpirifós-oxon	Unidade	02
DDT+DDD+DDE	Unidade	02
Difenoconazol	Unidade	02
Dimetoato + ometoato	Unidade	02
Diuron	Unidade	02
Epoconazol	Unidade	02
Fipronil	Unidade	02
Flutriafol	Unidade	02
Glifosato + AMPA	Unidade	02
Hidroxi-Atrazina	Unidade	02
Lindano (gama HCH)	Unidade	02
Malationa	Unidade	02
Mancozebe + ETU	Unidade	02
Metamidofós + Acefato	Unidade	02
Metolacoloro	Unidade	02
Metribuzim	Unidade	02
Molinato	Unidade	02
Paraquate	Unidade	02
Picloram	Unidade	02
Profenofós	Unidade	02
Propargito	Unidade	02

Protioconazol + ProticonazolDestio	Unidade	02
Simazina	Unidade	02
Tebuconazol	Unidade	02
Terbufós	Unidade	02
Tiametoxam	Unidade	02
Tiodicarbe	Unidade	02
Tiram	Unidade	02
Trifluralina	Unidade	02

**ANEXO II - A****Instrumento de Medição de Resultado (IMR)****METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO**

<b>CONCEITO DA PONTUAÇÃO A SER UTILIZADA EM TODOS OS ITENS</b>		
<b>BOM</b>	<b>REGULAR</b>	<b>PÉSSIMO</b>
<b>02 (DOIS) PONTOS</b>	<b>01 (UM) PONTO</b>	<b>0 (ZERO) PONTO</b>
<b>MÓDULOS</b>	<b>ITENS AVALIADOS</b>	
<b>A</b>	<b>COLETAS E ANÁLISES</b>	A1 - Realização da Coleta e das Análises semanais / mensais / semestrais da qualidade da água, conforme o Plano de Controle da Qualidade da Água aprovado na Vigilância Sanitária
<b>B</b>	<b>MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS</b>	B1 - Disponibilização dos equipamentos para a dosagem de cloro no sistema de tratamento de água de abastecimento
		B2 - Fornecimento do Hipoclorito de Sódio nas quantidades necessárias para a desinfecção da água tratada
		B3 - Fornecimento dos equipamentos e reagentes necessários à análise do cloro residual diário na quantidade suficiente para o monitoramento mensal do sistema
		B4 - Realizar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos utilizados nos sistemas de tratamento de água que tenha fornecido ou cedido em comodato à Contratante

C	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS / MÃO DE OBRA	C1 - Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional habilitado
		C2 - Garantia do residual de cloro diário em qualquer ponto da rede de distribuição
		C3 - Limpeza semestral dos reservatórios de água e emissão de certificado de execução dos serviços
		C4 - Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor, apresentando-os devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso
D	RELATÓRIOS	D1 - Elaboração e aprovação do Plano de Amostragem de Controle da Qualidade da Água na Vigilância Sanitária
		D2 - Apresentação do relatório mensal à Vigilância Sanitária, sendo encaminhada uma cópia à Contratante
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE QUALIDADE AOS SERVIÇOS PRESTADOS		

DESCRIÇÃO E CRITÉRIO DOS ITENS AVALIADOS	PONTOS
MÓDULO A – COLETAS E ANÁLISES	
A1 - REALIZAÇÃO DA COLETA E DAS ANÁLISES SEMANAIS / MENSAIS / SEMESTRAIS DA QUALIDADE DA ÁGUA	
A Coleta e as Análises de amostras semanais / mensais / semestrais, ocorrem conforme o Plano de Controle da Qualidade da Água aprovado na Vigilância Sanitária.	2
A Coleta e as Análises de amostras semanais / mensais / semestrais, NÃO ocorrem conforme Plano de Controle da Qualidade da Água aprovado na Vigilância Sanitária.	0
MÓDULO B – MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	
B1 – Disponibilização à Contratante, dos equipamentos para a dosagem de cloro no sistema de tratamento de água de abastecimento	
Utilizou/forneceu todos os equipamentos para a dosagem de cloro no sistema de tratamento de água de abastecimento, na qualidade estabelecida;	2
Utilizou/forneceu em parte os equipamentos para a dosagem de cloro no sistema de tratamento de água de abastecimento;	1
Deixou de utilizar/fornecer os equipamentos para a dosagem de cloro no sistema de tratamento de água de abastecimento.	0
B2 - Fornecimento do Hipoclorito de Sódio nas quantidades necessárias para a desinfecção da água tratada	
Forneceu Hipoclorito de Sódio nas quantidades necessárias para a desinfecção da água tratada	2
Forneceu Hipoclorito de Sódio em quantidade insuficiente para a desinfecção da água tratada	1
Deixou de fornecer Hipoclorito de Sódio para a desinfecção da água tratada	0
B3 - Fornecimento dos equipamentos e reagentes necessários à análise do cloro residual diário	

Fornecer os equipamentos e reagentes necessários à análise do cloro residual diário na quantidade suficiente para o monitoramento mensal do sistema	2
Fornecer os equipamentos e reagentes necessários à análise do cloro residual diário em quantidade insuficiente para o monitoramento mensal do sistema	1
Deixou de fornecer os equipamentos e reagentes necessários à análise do cloro residual diário	0
<b>B4 - Realizar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos utilizados nos sistemas de tratamento de água que tenha fornecido ou cedido em comodato à Contratante</b>	
Realizou a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos	2
Realizou em parte a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos	1
Não realizou a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos	0
<b>MÓDULO C – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS / MÃO DE OBRA</b>	
<b>C1 - Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional habilitado</b>	
Apresentou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional habilitado	2
Deixou de apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional habilitado	0
<b>C2 - Garantia do residual de cloro diário em qualquer ponto da rede de distribuição</b>	
Garantiu o residual de cloro diário em todos os pontos da rede distribuição, em todas as análises diárias realizadas	2
Garantiu o residual de cloro diário em pelo menos 50% de todos os pontos da rede distribuição e nas análises diárias realizadas	1

Garantiu o residual de cloro diário em menos de 50% de todos os pontos da rede distribuição e nas análises diárias realizadas.	0
<b>C3 - Limpeza semestral dos reservatórios de água e emissão de certificado de execução dos serviços</b>	
Foi realizada a limpeza semestral dos reservatórios de água e emissão do certificado de execução dos serviços	2
Não foi realizada a limpeza semestral dos reservatórios de água e emissão do certificado de execução dos serviços	0
<b>C4 – Utilização de empregados habilitados, de uniformes, de identificação, de EPI'S e EPC'S</b>	
Empregados habilitados com os respectivos uniformes, identificados e portando Equipamentos de Proteção Individual – EPI e de proteção coletiva – EPC	2
Empregados habilitados utilizando em partes os uniformes, a identificação e os Equipamentos de Proteção Individual – EPI e de proteção coletiva – EPC	1
Empregados não habilitados e/ou sem o uso dos uniformes, da identificação e dos devidos Equipamentos de Proteção Individual – EPI e de proteção coletiva - EPC	0
<b>MÓDULO D – RELATÓRIOS</b>	
<b>D1 - Elaboração e aprovação do Plano de Amostragem de Controle da Qualidade da Água na Vigilância Sanitária</b>	
O Plano de Amostragem de Controle da Qualidade da Água foi elaborado e encaminhado para aprovação na Vigilância Sanitária.	2
O Plano de Amostragem de Controle da Qualidade da Água NÃO foi elaborado e encaminhado à Vigilância Sanitária.	0
<b>D2 - Apresentação do relatório mensal à Vigilância Sanitária, sendo encaminhada uma cópia à contratante</b>	

O relatório mensal, constando todas as análises mensais realizadas (pH, Cor aparente, Turbidez, Cloro Residual, Coliformes totais e Escherichia coli) e de acompanhamento do cloro residual diário foi apresentado à Vigilância Sanitária, sendo encaminhada uma cópia à Contratante.	2
O relatório mensal, constando todas as análises mensais realizadas (pH, Cor aparente, Turbidez, Cloro Residual, Coliformes totais e Escherichia coli) e de acompanhamento do cloro residual diário NÃO foi apresentado à Vigilância Sanitária, NÃO sendo encaminhada uma cópia à Contratante.	0

MÓDULO	PONTUAÇÃO MÁXIMA A SER OBTIDA
A	02
B	08
C	08
D	04
<b>RESULTADO MÁXIMO DA AVALIAÇÃO</b>	<b>22</b>

**Observação:** Quando o item a ser avaliado não se aplica, nenhum valor deve ser atribuído.



**ANEXO II - B**  
**Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**

**TABELA DE DESCONTOS DO IMR**

<b>Pontuação Atingida</b>	<b>Percentual</b>	<b>Percentual Pago</b>
Entre 22 e 20	110 a 100%	100%
19	95%	95%
18	90%	90%
17	85%	85%
16	80%	80%
15	75%	75%
14	70%	70%
13	65%	65%
12	60%	60%
11	55%	55%
10	50%	50%
09	45%	45%
08	40%	40%
07	35%	35%
06	30%	30%
05	25%	25%
04	20%	20%
03	15%	15%
02	10%	10%
01	05%	05%
00	00%	00%

**ANEXO III**  
**Estudo Técnico Preliminar**

# Estudo Técnico Preliminar 17/2022

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23422.021380/2021-17

## 2. Descrição da necessidade

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão-de-obra de monitoramento e operação do sistema de tratamento de água (proveniente de poço artesiano) para abastecimento da Unidade UNILA Jd. Universitário.

No imóvel alugado pela UNILA onde encontra-se a Unidade Jd. Universitário (JU), não há ligação de água com a rede de distribuição pública. A água de abastecimento utilizada é oriunda de poço artesiano. Consequentemente, há a necessidade de tratamento desta água, para atendimento aos parâmetros estabelecidos pela Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde Nº 5/2017 e suas alterações, necessários à manutenção da qualidade da água disponibilizada aos servidores e alunos da Unidade Jd. Universitário e para manutenção das condições de saúde.

Há imóvel locado, a estrutura física necessária para o tratamento da água. No entanto, a operação, monitoramento e a manutenção desta estrutura é de responsabilidade da UNILA.

Também há a necessidade de ações preventivas e de controle junto ao sistema de armazenamento da água fornecida, ficando a necessidade de limpeza e desinfecção periódica.

O objetivo da contratação é manter a operação e o monitoramento da estrutura, tendo em vista que o contrato atual (16/2017) irá acabar em julho de 2022 e não há mais possibilidade de renovação e o serviço é fundamental para manutenção das condições sanitárias.

Os serviços são considerados “comuns” pois enquadram-se na classificação nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002 “Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA E SERVIÇOS	JOÁSIO DE AQUINO

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, existem requisitos mínimos para sua satisfação, tais como:

4.1.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

4.1.2. A empresa contratada deve ser especializada na prestação de serviços de monitoramento e operação de sistemas de tratamento de água para abastecimento, com aparelhamento e pessoal técnico adequado, capacitado e habilitado para a prestação dos serviços.

4.1.3.

Os custos referentes a deslocamento para coleta de amostras, reposição de materiais e eventuais manutenções devem estar inclusos nos valores propostos pela contratada para os serviços.

4.1.4. O contrato terá duração inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 60 (sessenta) meses;

4.1.5. A contratada deverá obedecerá aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos nos arts. 5º e 6º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746/2012, no que couber.

4.1.6. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

### 5. Levantamento de Mercado

O monitoramento e operação de sistemas de tratamento de água para abastecimento, objeto desta licitação, trata-se de uma solução específica e única para garantir as condições de potabilidade da água para consumo humano. Nesse caso, não há que se falar em alternativas de mercado, por se tratar de um serviço específico e necessário, e que deverá ser executado conforme Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde Nº 5/2017 e a Portaria do Ministério da Saúde Nº 888/2021, em conformidade com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normas pertinentes. Logo, qualquer empresa que atue nesta área de serviços deverá

seguir estes regulamentos específicos, não cabendo margem para inovações que não sejam contempladas por estas normas

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de monitoramento e operação de sistemas de tratamento de água para abastecimento (proveniente de poço artesiano), visando a potabilidade e o consumo humano, englobando a manutenção do sistema durante o período de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses; apresentação de responsável técnico, coleta e análises da água, além da disponibilização de equipamentos em regime de comodata e do fornecimento de todos os produtos utilizados para prestação do serviço, conforme o que estabelece o Anexo XX da Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde Nº 5/2017 e a Portaria do Ministério da Saúde Nº 888/2021. Contempla também limpeza e desinfecção dos reservatórios de água, a cada 6 meses.

6.2. Os serviços de operação e monitoramento do sistema de tratamento de água (proveniente de poço artesiano) serão executados conforme discriminado abaixo:

6.2.1. A empresa deverá realizar o tratamento da água através da aplicação de cloro e de outros produtos necessários para atender os padrões de potabilidade da água, através da instalação de equipamento do tipo de bomba de dosagem automática de cloro;

6.2.2. O sistema deve ser monitorado pela Contratada, com garantia do residual de cloro diário em qualquer ponto da rede de distribuição;

6.2.3. A Contratada deverá treinar pessoal indicado pela UNILA para a realização das análises do cloro residual diário nos pontos estabelecidos, e posterior envio dos resultados para a Contratada.

6.2.4. Elaboração e aprovação do Plano de Amostragem de Controle da Qualidade da Água na Vigilância Sanitária;

6.2.5. Realização de coletas e análises de amostras semanais, mensais e semestrais.

6.2.5.1. As coletas semanais deverão ser efetuadas em 3 pontos (um ponto na saída do tratamento e dois pontos nos locais de consumo) conforme o Plano de Controle da Qualidade da Água aprovado na Vigilância Sanitária. Para cada ponto o seguinte parâmetro deverá ser analisado: Turbidez;

6.2.5.2. As coletas mensais deverão ser efetuadas em 4 pontos (ponto de captação da água bruta, na saída do tratamento e dois pontos nos locais de consumo) conforme o Plano de Controle da Qualidade da Água aprovado na Vigilância Sanitária. Para cada ponto os seguintes parâmetros Físicos, Químicos e Bacteriológicos deverão ser analisados: pH, Cor aparente, Turbidez, Cloro Residual, Coliformes totais e Escherichia coli . A Análise de Cloro residual é dispensada para o ponto de coleta de água bruta.

6.2.5.3. As coletas semestrais deverão ser efetuadas no ponto de captação da água bruta conforme o Plano de Controle da Qualidade da Água aprovado na Vigilância Sanitária. Os seguintes parâmetros deverão ser analisados: Turbidez, Cor Verdadeira, pH, Fósforo Total, Nitrogênio Amoniacal Total, Condutividade Elétrica e parâmetros inorgânicos, orgânicos e agrotóxicos do Anexo 9 da Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021.

6.2.6. As análises da água deverão ocorrer conforme disposto na Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021, Artigo 20º: “As análises laboratoriais para controle da qualidade da água para consumo humano podem ser realizadas em laboratório próprio, conveniado ou contratado, desde que estes comprovem a existência de boas práticas de laboratório e biossegurança, conforme normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e demais normas relacionadas, e comprovem a existência de sistema de gestão da qualidade, conforme os requisitos especificados na NBR ISO/IEC 17025”.

6.2.7. Apresentação do relatório mensal, constando todas as análises mensais realizadas (pH, Cor aparente, Turbidez, Cloro Residual, Coliformes totais e Escherichia coli) e de acompanhamento do cloro residual diário à Vigilância Sanitária, sendo encaminhada uma cópia à Contratante;

6.2.8. Preenchimento do Cadastro do Sistema de Informação da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA) – Solução Alternativa Coletiva.

6.2.9. A limpeza semestral dos reservatórios de água deverá ser de acordo com as normas vigentes para execução e após a empresa deverá emitir certificado de execução dos serviços.

6.2.10. Para a perfeita execução dos serviços de operação e monitoramento da estação de tratamento de água para abastecimento, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

6.2.10.1. Para o tratamento de água, a Contratada deverá disponibilizar à Contratante, em regime de comodato, 01 (uma) bomba de dosagem automática de cloro, para a dosagem de cloro do sistema de tratamento de água de abastecimento.

6.2.10.2. A Contratada deverá fornecer o Hipoclorito de Sódio nas quantidades necessárias para a desinfecção da água tratada (Hipoclorito de Sódio 12% – líquido, incolor, de odor característico).

6.2.10.3. Equipamento DPD (N-dietil-para-fenilendiamina) para controle diário do residual de cloro e reagentes, conforme exigência da Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde Nº 5/2017 e suas alterações. A Contratada deverá treinar pessoal indicado pela UNILA para a realização das análises do cloro residual nos pontos estabelecidos, e posterior envio dos resultados para a Contratada. O fornecimento do equipamento e dos reagentes é obrigação da Contratada e deverá obedecer às quantidades discriminadas abaixo:

- 01 Equipamento – Cloro Livre (kit modelo CN 66F);
- Reagente DPD – Cloro Livre. A quantidade de reagente fornecida pela Contratada deverá ser suficiente para atender aos 12 meses de operação e monitoramento do sistema.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

1. 1.

Item	Descrição / Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
1	Operação e Monitoramento do sistema de tratamento de água para abastecimento da Unidade UNILA Jd. Universitário.	Mês	12

Os serviços de monitoramento e operação de sistemas de tratamento de água para abastecimento deverão ser prestados por um período de 12 meses ininterruptos.

A captação de água para abastecimento da Unidade UNILA Jardim Universitário é proveniente de 01 poço artesiano. Para a realização do tratamento da água através da aplicação de cloro para atender os padrões de potabilidade da água, a empresa deverá instalar **01 (um) equipamento do tipo de bomba de dosagem automática de cloro.**

A empresa deverá realizar coletas e análises das amostras semestrais, mensais e semanais, nos pontos pré-definidos no Plano de Controle da Qualidade da Água aprovado na Vigilância Sanitária.

Quantitativo das análises semanais, em amostras coletadas na saída do tratamento:

Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
Análise em água – Turbidez	Unidade	52

Quantitativo das análises mensais, em amostras coletadas em 4 pontos (ponto de captação da água bruta, na saída do tratamento e dois pontos nos locais de consumo) que deverão ser realizadas durante a vigência do contrato:

Descrição	Unidade de Medida	Quantidade

Análise em água – Turbidez	Unidade	48
Análise em água – Cloro residual	Unidade	36*
Análise em água – Cor aparente	Unidade	48
Análise em água – Coliformes Totais	Unidade	48
Análise em água – Escherichia coli	Unidade	48
Análise em água – pH	Unidade	48

\* A análise de Cloro residual não será realizada no ponto de captação da água bruta.

Quantitativo das análises semestrais, de água bruta, em amostras coletadas no ponto de captação (poço artesiano):

<b>Descrição</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Quantidade</b>
Turbidez	Unidade	02
Cor Verdadeira	Unidade	02
pH	Unidade	02
Fósforo Total	Unidade	02
Nitrogênio Amoniacal Total	Unidade	02
Condutividade Elétrica	Unidade	02
Antimônio	Unidade	02
Arsênio	Unidade	02
Bário	Unidade	02



Cádmio	Unidade	02
Chumbo	Unidade	02
Cobre	Unidade	02
Cromo	Unidade	02
Fluoreto	Unidade	02
Mercúrio Total	Unidade	02
Níquel	Unidade	02
Nitrato (como N)(3)	Unidade	02
Nitrito (como N)(3)	Unidade	02
Selênio	Unidade	02
Urânio	Unidade	02
1,2 Dicloroetano	Unidade	02
Acrilamida	Unidade	02
Benzeno	Unidade	02
Benzo[a]pireno	Unidade	02
Cloreto de Vinila	Unidade	02
Di(2-etilhexil) ftalato	Unidade	02
Diclorometano	Unidade	02
Dioxano	Unidade	02

Epicloridrina	Unidade	02
Etilbenzeno	Unidade	02
Pentaclorofenol	Unidade	02
Tetracloreto de Carbono	Unidade	02
Tetracloroeteno	Unidade	02
Tolueno	Unidade	02
Tricloroeteno	Unidade	02
Xilenos	Unidade	02
2,4 D	Unidade	02
Alacloro	Unidade	02
Aldicarbe + Aldicarbesulfona +Aldicarbesulfóxido	Unidade	02
Aldrin + Dieldrin	Unidade	02
Ametrina	Unidade	02
Atrazina + S-Clorotriazinas (Deetil-Atrazina – Dea, Deisopropil-Atrazina - Dia e Diaminoclorotriazina -Dact)	Unidade	02
Carbendazim	Unidade	02
Carbofurano	Unidade	02
Ciproconazol	Unidade	02
Clordano	Unidade	02
Clorotalonil	Unidade	02

Clorpirifós + clorpirifós-oxon	Unidade	02
DDT+DDD+DDE	Unidade	02
Difenoconazol	Unidade	02
Dimetoato + ometoato	Unidade	02
Diuron	Unidade	02
Epoxiconazol	Unidade	02
Fipronil	Unidade	02
Flutriafol	Unidade	02
Glifosato + AMPA	Unidade	02
Hidroxi-Atrazina	Unidade	02
Lindano (gama HCH)	Unidade	02
Malationa	Unidade	02
Mancozebe + ETU	Unidade	02
Metamidofós + Acefato	Unidade	02
Metolacoloro	Unidade	02
Metribuzim	Unidade	02
Molinato	Unidade	02
Paraquate	Unidade	02
Picloram	Unidade	02

Profenofós	Unidade	02
Propargito	Unidade	02
Protioconazol + ProticonazolDestio	Unidade	02
Simazina	Unidade	02
Tebuconazol	Unidade	02
Terbufós	Unidade	02
Tiametoxam	Unidade	02
Tiodicarbe	Unidade	02
Tiram	Unidade	02
Trifluralina	Unidade	02

Quantitativo de limpeza de reservatórios que deverão ser realizadas durante a vigência do contrato:

<b>Descrição</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Quantidade</b>
Limpeza de Reservatório de concreto de 30 mil litros (Localizada ao lado do Bloco de laboratórios)	Unidade	02
Limpeza de Reservatório de concreto "01" de 15 mil litros (Localizado acima do telhado do Prédio Central - lado leste)	Unidade	02
Limpeza de Reservatório de concreto "02" de 15 mil litros (Localizado acima do telhado do Prédio Central - lado oeste)	Unidade	02

Limpeza de Reservatório de concreto de 30 mil litros (Localizado acima do telhado do Prédio do Ginásio)	Unidade	02
--	---------	----

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 32.373,72

A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global. Tal valor foi obtido através da metodologia de cálculo de média dos valores obtidos na pesquisa de mercado. Tal pesquisa resultou no valor estimado total de R\$ 32.373,72 (trinta e dois mil, trezentos e setenta e três reais com setenta e dois centavos).

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei no 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

O parcelamento da contratação, ou seja, a contratação do objeto em várias parcelas ou etapas, resultaria na perda da potencialidade da economia que a contratação unificada ou total dos serviços proporcionará. A necessidade de constantes deslocamentos da equipe técnica para a coleta de amostras, para eventuais reparos, para reposição de materiais e o agendamento para realização dos serviços de limpeza e desinfecção dos reservatórios, se fragmentados, aumentariam proporcionalmente os custos da contratação.

Registre que o parcelamento do objeto, e conseqüentemente a contratação de diferentes empresas para a execução dos serviços pode proporcionar a quebra de continuidade e a impossibilidade de obter a conclusão da necessidade, pois no presente caso, a ausência de habilitação e potabilidade de um poço ou de apenas um reservatório impacta na água disponibilizada a toda comunidade acadêmica que frequenta a Unidade UNILA Jd. Universitário e na manutenção das condições de saúde.

Em que pese a regra das contratações previstas no instituto do art. 23 da Lei 8.666/93, no presente caso a contratação em conjunto demonstra-se técnica e economicamente mais vantajosa para a administração.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não verifica-se contratações correlatas ou interdependentes para viabilidade e contratação desta demanda

### 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação encontra-se registrada no Plano Anual de Contratações de 2022 (PAC /PGC UNILA 2020), através dos seguintes itens:

ITEM 353 - OBRAS CIVIS DE SANEAMENTO - TRATAMENTO DE ÁGUA, ESGOTO SANITÁRIO E DESPEJO INDUSTRIAL

### 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Espera-se com a presente contratação garantir a qualidade da água fornecida para consumo na Unidade UNILA Jd. Universitário, bem como seu padrão de potabilidade, de forma que não ofereça riscos à saúde de quem a utiliza, além de atender à Portaria de Consolidação N° 5/2017 – Anexo XX do Ministério da Saúde.

### 13. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra necessidade de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada e o serviço prestado.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

Possíveis Impactos Ambientais provenientes de:

Uso da Água;

Uso de energia elétrica.

### 15. Gerenciamento de Risco

#### RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Risco 01 – Não haver disponibilidade orçamentária	
Probabilidade:	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Baixa ( ) Média ( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa ( ) Média ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Alta
Dano	
Não será possível a contratação, o que acarreta em prejuízos na qualidade da água disponibilizada à comunidade acadêmica da Unidade Jd. Universitário e na manutenção das condições de saúde.	

<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
Análise prévia do orçamento destinado aos serviços terceirizados.	Área de planejamento estratégico
<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
Buscar remanejamento de valores previstos no orçamento anual, juntamente à revisão da necessidade imediata dos itens demandados.	Área de planejamento estratégico e gestão

<b>Risco 02 – Estimativa de preços e elaboração da planilha de custos</b>	
<b>Probabilidade:</b>	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Baixa ( ) Média ( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixa ( ) Média ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Alta
<b>Dano</b>	
Atraso na licitação e não atendimento à demanda no prazo necessário.	
<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
Análise minuciosa dos dados, bem como da pesquisa de mercado.	Equipe de planejamento
<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
Reanalise minuciosa da planilha para adequação no menor tempo possível.	Equipe de planejamento

<b>Risco 03 – Atraso na conclusão da licitação</b>	
<b>Probabilidade:</b>	( ) Baixa ( ) Média ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixa ( ) Média ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Alta
<b>Dano</b>	
Não atendimento à demanda no prazo necessário, prejudicando a economia orçamentária planejada.	
<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
Acompanhamento técnico e minucioso pela área demandante, bem como do setor de compras durante toda a fase interna e externa	Equipe de Planejamento, Setor de compras, bem como a área demandante.

da licitação.	
<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
Cancelamento de itens responsáveis pela demora e continuidade no suprimento das demandas com outra estratégia.	Equipe de Planejamento, Pregoeiro(a) responsável, setor demandante.

<b>Risco 04– Especificação insuficiente para os serviços</b>	
<b>Probabilidade:</b>	( <input type="checkbox"/> ) Baixa ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Média ( <input type="checkbox"/> ) Alta
<b>Impacto:</b>	( <input type="checkbox"/> ) Baixa ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Média ( <input type="checkbox"/> ) Alta
<b>Dano</b>	
Serviços sendo prestados de forma que não abrange todas as necessidades institucionais.	
<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
Revisão de cada cláusula de obrigações da contratada e forma de prestação do serviço.	Equipe de Planejamento da Contratação
<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
Estudar o grau de insuficiência e refletir sobre a vantajosidade na rescisão contratual e abertura de novo processo licitatório.	Equipe de Fiscalização

<b>Risco 05 – Recursos administrativos procedentes da licitação</b>	
<b>Probabilidade:</b>	( <input type="checkbox"/> ) Baixa ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Média ( <input type="checkbox"/> ) Alta
<b>Impacto:</b>	( <input type="checkbox"/> ) Baixa ( <input type="checkbox"/> ) Média ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Alta
<b>Dano</b>	
Atraso na licitação e não atendimento à demanda no prazo necessário.	
<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
Analisar com extensas diligências propostas ofertadas no certame licitatório, reduzindo o risco.	Área técnica de análise de propostas.
<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
Análise junto ao Pregoeiro(a) quanto aos novos	



prazos estimados da contratação e verificação de estratégias paralelas.	Equipe de Planejamento
---	------------------------

Risco 06 – Risco da CONTRATADA não estar com a saúde financeira em dia	
<b>Probabilidade:</b>	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Baixa ( ) Média ( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixa ( ) Média ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Alta
Dano	
Não será possível a contratação, o que acarreta em prejuízos na qualidade da água disponibilizada à comunidade acadêmica da Unidade Jd. Universitário e na manutenção das condições de saúde.	
Ação Preventiva	Responsável
Exigir, na habilitação do licitante, qualificação econômico-financeira compatível com a envergadura do projeto.	1. Coordenação de Compras Contratos e Licitações; 2. Equipe de Planejamento.
Ação de Contingência	Responsável
No caso de rescisão contratual, convocação do licitante subsequente, desde que atendida à ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido, nos termos do art. 24, XI, da Lei nº 8.666/93.	1. Coordenação de Compras Contratos e Licitações; 2. Responsável pela Formalização da Demanda; 3. Gestor do Contrato.

## RISCOS DA GESTÃO DO CONTRATO

Risco 07 – Quantitativo de pessoal ou capacitação insuficiente dos agentes de fiscalização e gestão do contrato	
<b>Probabilidade:</b>	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Baixa ( ) Média ( ) Alta

<b>Impacto:</b>	( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta
<b>Dano</b>	
Fiscalização deficiente do Contrato.	
<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1. Designar quantitativo de pessoal suficiente; 2. Capacitação da equipe.	Departamento de Contratos; Responsável pela Formalização da Demanda.
<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
Atribuição das atividades de gestão e fiscalização do contrato a outros servidores que já estejam capacitados.	Departamento de Contratos; Responsável pela Formalização da Demanda.

<b>Risco 08 – Acompanhamento da execução contratual insuficiente por parte da fiscalização e gestão do contrato</b>	
<b>Probabilidade:</b>	( <b>X</b> ) Baixa ( ) Média ( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixa ( <b>X</b> ) Média ( ) Alta
<b>Dano</b>	
Fiscalização deficiente do Contrato.	
<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
Realizar reuniões periódicas com a equipe de fiscalização contratual.	Departamento de Contratos; Gestão do Contrato.
<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1. Exigir relatório periódico da fiscalização contratual	Departamento de Contratos;

2. Alterar equipe de fiscalização contratual	Gestão do Contrato.
--	---------------------

Risco 09 – Interrupção temporária dos serviços por quaisquer razões	
<b>Probabilidade:</b>	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Baixa ( ) Média ( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixa ( ) Média ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Alta
Dano	
Falha na execução dos serviços, o que acarreta em prejuízos na qualidade da água disponibilizada à comunidade acadêmica da Unidade Jd. Universitário e na manutenção das condições de saúde.	
Ação Preventiva	Responsável
Acompanhar a execução contratual, de modo a prever situações que possam dar causa à interrupção dos serviços.	Fiscal do Contrato
Ação de Contingência	Responsável
Notificar a contratada pelo descumprimento de obrigação contratual.	Gestão do Contrato

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida, obedecidas as formalidades legais.

## 17. Responsáveis

CAMILA HELOISA DA SILVA

Assistente em Administração

JOASIO DE AQUINO

Assistente em Administração



---

Emitido em 07/04/2022

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 6/2022 - null**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 07/04/2022 10:22 )*

**CAROLINA CORAZON NUNES**

*ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO*

*DES (10.01.05.20.01.02)*

*Matrícula: 2144700*

*(Assinado digitalmente em 07/04/2022 10:23 )*

**JOASIO DE AQUINO**

*CHEFE DE DEPARTAMENTO - TITULAR*

*DES (10.01.05.20.01.02)*

*Matrícula: 2145320*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.unila.edu.br/documentos/> informando seu número: **6**, ano: **2022**, tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **07/04/2022** e o código de verificação: **d4a4516617**